



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000788-43.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **MARIA MADALENA MATEUS MOREIRA**
Requerido: **REYSLEY DONIZETE TORRES INFORMÁTICA -ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A autora deseja a condenação do réu ao pagamento de quantia em dinheiro.

Alegou que em julho de 2014 deixou sua impressora Epson nas dependências do réu para conserto, tendo em vista que a mesma apresentava falha no sistema de impressão a cores, e que para tanto pagou-lhe certa quantia em dinheiro.

Posteriormente, quando foi buscar a impressora o réu lhe disse que deveria pagar-lhe além do valor já pago outra quantia em dinheiro tendo em vista que a impressora estava queimada, o que ela não concordou.

Salientou que isso somente aconteceu enquanto a impressora estava na posse do réu, porque a mesma à época que foi entregue ao réu apresentava parcial funcionalidade.

Já o réu em contestação salientou a inexistência de falha na prestação de seus serviços, alegando que a autora utilizava na impressora tinta incompatível com seu modelo e isso resultou na queima do aparelho.

Todavia, o réu não apresentou nenhum elemento que conferisse verossimilhança a suas alegações, tanto em relação ao uso pela autora da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

tinta mencionada, quanto que essa tinta não poderia ser utilizada na impressora em questão, sendo incontroverso o fato da impressora ter queimado enquanto estava sob sua responsabilidade.

Tocava ao réu a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que a autora fizesse prova de fato negativo), mas ele não se desincumbiu desse ônus.

Assentadas essas premissas, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 890,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Ressalvo que efetivado do pagamento por parte do réu, ele poderá dar a impressora a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**